



A valorização necessária dos Servidores e as Finanças de Porto Alegre/RS

Subsídios a Negociação

SIMPA - 29/05/2026



Porto Alegre, 29 de maio de 2026.

Gestão Fiscal | Município de Porto Alegre

É possível observar que em todo o período analisado de 2020 a 2025, os resultados orçamentários foram superavitários. Nos anos de 2021 e 2023 a arrecadação superou aquela estimada em 7% e 4,74%, respectivamente. E nos anos de 2020, 2021, 2022 e em 2025 - até o 4º bimestre, verificou-se que a despesa realizada é inferior daquela estimada pelo gestor público.

Tabela 1 - Resultado Orçamentário da Prefeitura de Porto Alegre/RS

Ano	Receitas (R\$)			Despesas (R\$)			Resultado	Variação (%)
	Orçada	Realizada	(%)	Orçada	Realizada	(%)		
2020	8.011.272.382,00	7.595.972.503,59	94,82	8.011.272.382,00	6.910.220.047,03	86,26	685.752.456,56	-15,5%
2021	8.622.893.179,00	9.228.365.287,60	107,02	8.135.700.611,00	8.006.860.863,49	98,42	1.221.504.424,11	78,1%
2022	9.915.139.534,00	9.825.959.829,47	99,10	9.467.272.292,00	9.310.397.823,43	98,34	515.562.006,04	-57,8%
2023	10.587.483.895,03	11.089.259.788,89	104,74	10.243.876.940,00	10.845.783.036,51	105,88	243.476.752,38	-52,8%
2024	11.688.120.189,00	11.649.199.785,77	99,67	11.244.651.338,00	11.520.368.235,01	102,45	128.831.550,76	-47,1%
2025	12.356.541.463,00	8.150.381.421,30	65,96	11.934.079.363,00	6.904.765.743,83	57,86	1.245.615.677,47	866,9%

Fonte: SICONFI (STN) – RREO, anexo 14. Resultado Consolidado.

Notas:

- (1) O município utilizou para obter o resultado orçamentário as despesas empenhadas, com exceção do ano de 2021 e 2025, quando utilizou as despesas liquidadas.
- (2) Valores nominais

Elaboração: DIEESE

O município de Porto Alegre, com base em informações organizadas pela Secretaria de Planejamento a partir dos dados dos balanços, apresenta o valor da Dívida Consolidada Líquida (DCL). Conforme mostrado na Tabela 2, a DCL foi negativa nos anos de 2022 e 2023, enquanto em 2021 representava 2,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) e, em 2024, corresponde a 1,31% da RCL. No último ano (2025) ela volta a ser negativa representando -1,88% da Receita Corrente Líquida. A DCL negativa indica que os ativos financeiros do município superam suas obrigações financeiras, ou seja, Porto Alegre possui mais ativos de longo prazo do que dívidas, refletindo uma situação financeira saudável. De forma geral esse indicador sinaliza:

- ✚ **que há caixa para cobrir obrigações de curto prazo**
- ✚ **menor pressão financeira** (o município não está excessivamente dependente de endividamento)
- ✚ **Maior capacidade de enfrentar choques** (queda de arrecadação, despesas emergenciais).
- ✚ **Mais margem política/orçamentária** para negociação salarial ou investimentos.



Essa condição também pode ser influenciada pela ausência de projetos de investimento de longo prazo. Vale destacar ainda que, segundo o limite global consolidado da dívida pública municipal, estabelecido pela Resolução nº 40 do Senado Federal — que limita a DCL a, no máximo, 120% da RCL — os percentuais de endividamento de Porto Alegre são muito baixos.

Tabela 2 – Dívida Consolidada Líquida Prefeitura de Porto Alegre/RS 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025
Dívida Consolidada Líquida DCL	217.015.142	-40.350.962	-148.715.269	118.451.885	183.225.859,13
Receita Corrente Líquida Ajustada RCL	7.265.711.449	7.595.318.042	8.429.688	9.045.939.078	9.783.849.683,44
% da DCL sobre RCL ajustada	2,99%	-0,53%	-1,76%	1,31%	-1,88%

Fonte: Balanço Orçamentário, SMF 2021-2025. R F G A n e x o 2

Notas: Valores nominais

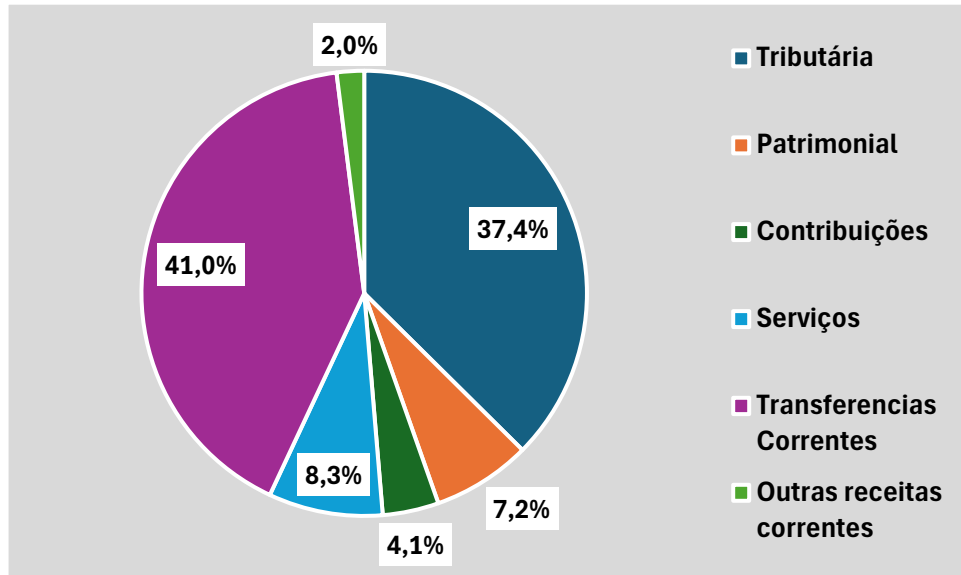
Elaboração: Secretaria de Planejamento e Gestão Poa. Revisão de Gastos | 2025.

ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

Na análise da composição das Receitas no ano de 2025, verifica-se que a maior participação no total é de Transferências correntes (41,0%) que são aquelas recebidas da União, como: FPM, ITR, FUNDEB, convênios, transferências diretas, ou aquelas recebidas do Estado, como: ICMS, IPVA, transferências Voluntárias. Em segundo lugar está a Receita Tributária (37,4%) que registra recursos decorrentes da arrecadação direta de impostos (IPTU, ISS, ITBI, IRRF), na terceira posição, apareceu a Receita de Serviços (8,3%) - essa receita representa os ingressos financeiros decorrentes da execução desses serviços, que podem ser tanto serviços públicos quanto serviços comerciais realizados pela administração pública. Essas três abrangem 82,3% da arrecadação (**Gráfico 1**).



Gráfico 1 - Composição (%) da Receita Porto Alegre/RS, 2025

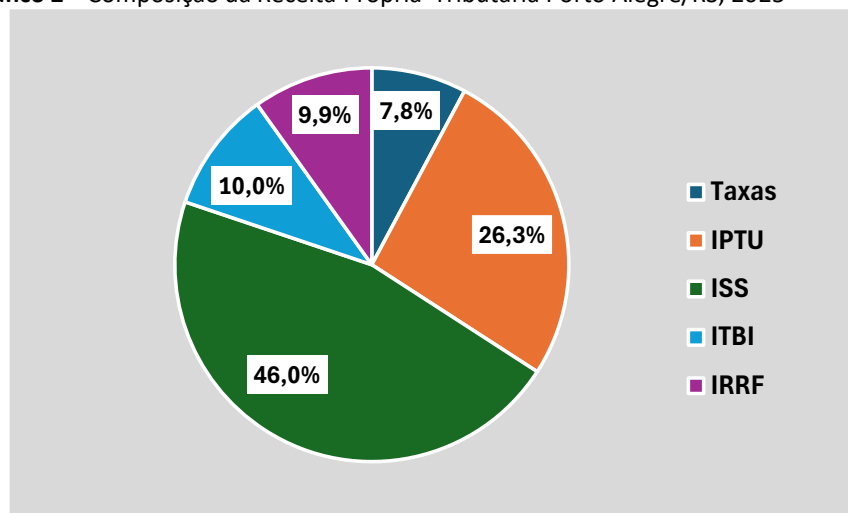


Fonte: Portal da Transparencia Porto Alegre Balanço 2025 . Elaboração: DIEESE



No âmbito mais específico da **Receita Tributária Própria do Município de Porto Alegre**, com base **no ano de 2025 (Gráfico 2)**, a maior participação foi do ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza (46,0%), seguido pelo IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (26,3%), na terceira posição o ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (10,0%) na quarta posição o IRRF – Imposto de renda retido na fonte - incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração (9,9%) e por ultimo outras taxas (7,8%).

Gráfico 2 – Composição da Receita Própria Tributária Porto Alegre/RS, 2025



Fonte: Portal da Transparencia Porto Alegre Balanço 2025 . Elaboração: DIEESE

A Tabela 3 apresenta um resumo das receitas do município nos anos de 2024 e 2025 e suas variações. A Receita Total Líquida (menos as deduções) no último período (2025/2024) cresceu 7,8%, crescimento bem acima da inflação que em 2025, foi de 4,26% (IPCA/IBGE) o que representa incremento de 706,8 milhões.

Os maiores crescimentos absolutos (em montante monetário) nas receitas próprias foram identificados na receita de tributos (ISS e ITBI). Também destaque para as receitas patrimoniais e receitas de serviços. Destaca-se que o município teve incremento de pelo menos 254 milhões nas transferências correntes, em especial do FPM e Fundeb. O repasse do Fundeb registrou crescimento de 12,8% e tem participação importante na composição das transferências.



**Tabela 3 - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

	2024	2025	Variação %	Variação Nominal
RECEITAS CORRENTES (I)	10.155.557.556,31	10.687.216.898,59	5,2%	531.659.342,28
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.936.206.694,97	4.046.281.397,01	2,8%	110.074.702,04
IPTU	1.032.370.007,21	1.062.389.025,66	2,9%	30.019.018,45
ISS	1.743.024.003,71	1.866.061.422,81	7,1%	123.037.419,10
ITBI	336.860.130,30	401.261.623,22	19,1%	64.401.492,92
IRRF	535.543.544,56	400.724.174,53	-25,2%	-134.819.370,03
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	288.409.009,19	315.845.150,79	9,5%	27.436.141,60
Contribuições	429.970.014,61	441.548.897,24	2,7%	11.578.882,63
Receita Patrimonial	569.211.051,21	635.982.942,08	11,7%	66.771.890,87
Rendimentos de Aplicação Financeira	548.498.389,71	491.926.377,16	-10,3%	-56.572.012,55
Outras Receitas Patrimoniais	20.712.661,50	144.056.564,92	595,5%	123.343.903,42
Receita Agropecuária	-	-		
Receita Industrial	-	-		
Receita de Serviços	781.512.947,86	898.061.579,39	14,9%	116.548.631,53
Transferências Correntes	4.195.987.287,05	4.450.111.782,41	6,1%	254.124.495,36
Cota-Parte do FPM	453.638.054,86	561.776.213,87	23,8%	108.138.159,01
Cota-Parte do ICMS	752.390.560,87	783.066.138,70	4,1%	30.675.577,83
Cota-Parte do IPVA	412.665.139,98	436.183.867,30	5,7%	23.518.727,32
Cota-Parte do ITR	1.115.691,63	188.384,22	-83,1%	-927.307,41
Transferências da LC 61/1989	9.511.510,13	9.155.586,14	-3,7%	-355.923,99
Transferências do FUNDEB	543.309.820,82	612.692.044,50	12,8%	69.382.223,68
Outras Transferências				
Correntes	2.023.356.508,76	2.047.049.547,68	1,2%	23.693.038,92
Outras Receitas Correntes	242.669.560,61	215.230.300,46	-11,3%	-27.439.260,15
DEDUÇÕES (II)	1.078.660.920,15	903.367.215,15	-16,3%	-175.293.705,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	352.757.275,94	350.249.416,31	-0,7%	-2.507.859,63
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	106.657.690,01	44.805.818,79	-58,0%	-61.851.871,22
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	299.544.327,63	162.569.105,35	-45,7%	-136.975.222,28
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	319.701.626,57	345.742.874,70	8,1%	26.041.248,13



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	9.076.896.636,16	9.783.849.683,44	7,8%	706.953.047,28
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	30.957.558,00	47.608.593,00	53,8%	16.651.035,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	9.045.939.078,16	9.736.241.090,44	7,6%	690.302.012,28
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	11.358.600,00	25.732.982,00	126,6%	14.374.382,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198,	21.855.684,00	24.631.068,00	12,7%	2.775.384,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	9.012.724.794,16	9.685.877.040,44	7,5%	673.152.246,28

Fonte: RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6B Anexo 3 -

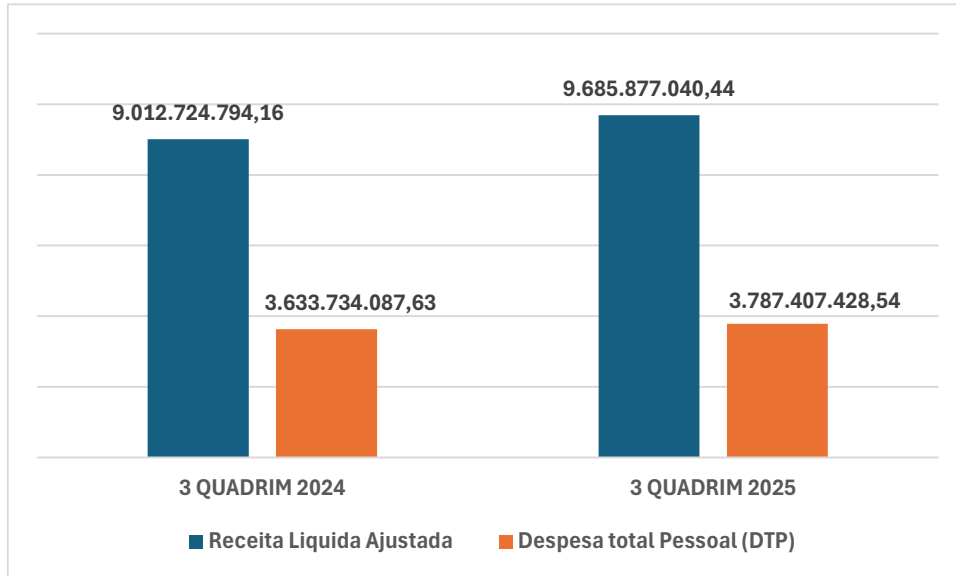
RECEITA E DESPESA DE PESSOAL

Em Porto Alegre, a Receita Corrente Líquida Ajustada (RCL) acumulada em 2025 somou R\$ 9,6 bilhões (aumento nominal de cerca de R\$ 673,1 milhões) o que representa crescimento de 7,5%, em relação a 2024.

A despesa total com pessoal ao final do ano de 2025 chegou a R\$ 3,7 bilhões, e ao final de 2024 acumulou um total de R\$ 3,6 bilhões, o que representa uma variação nominal de 4,2% (153,6 milhões) **(Gráfico 3)**.



Gráfico 3 – Receita Corrente Líquida ajustada (RCL) e Despesa Total com Pessoal (DTP) Porto Alegre/RS –2024 e 2025– acumulado em 12 meses até dez (3º QUADRIM). (Em R\$)



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Prefeitura de Porto Alegre – Executivo | 3º Quadrimestre
Elaboração: DIEESE

Despesa de Pessoal (3º quad.)	
2024	R\$ 3.633.734.087,63
2025	R\$3.787.407.428,54
variação (%)	4,2%
variação (R\$)	R\$153.673.340,91
IPCA/IBGE	4,26%



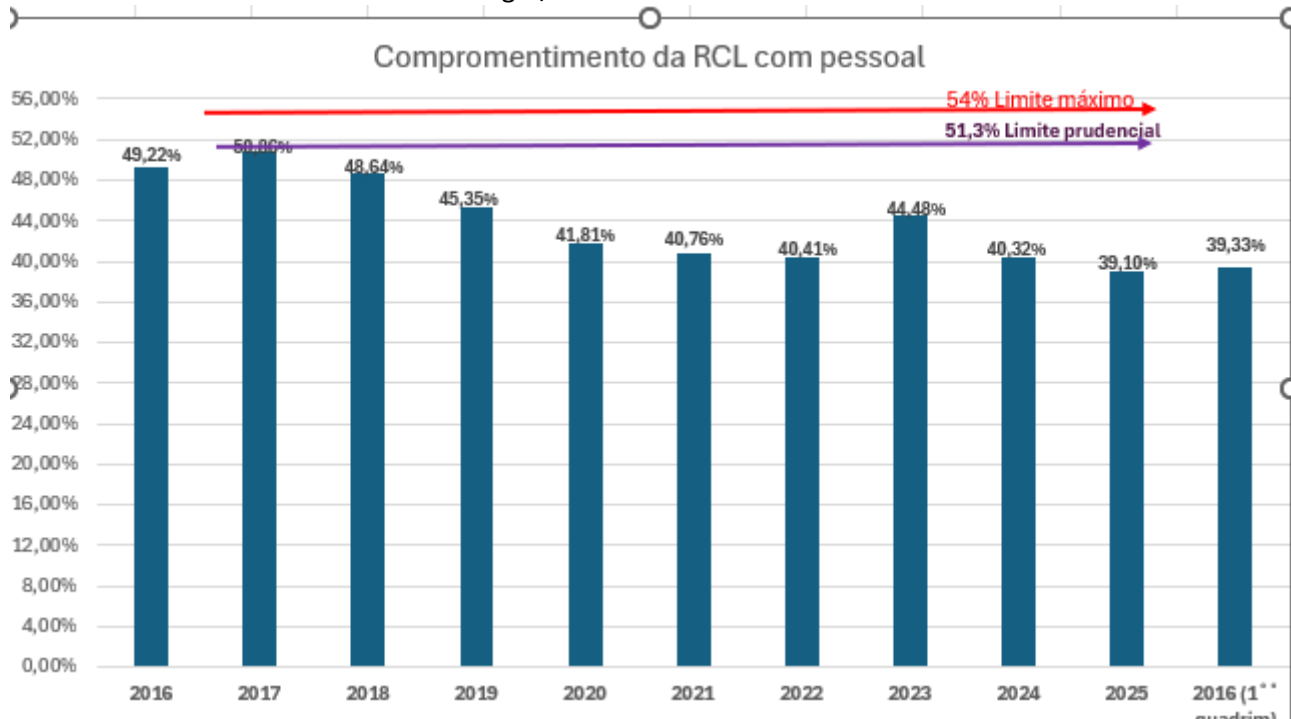
Na comparação entre a “Despesa Total com Pessoal” (DTP) e a “Receita Corrente Líquida” (RCL) ajustada, é possível analisar os limites fiscais, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal para os municípios. O gráfico (4) abaixo compara a DTP com a RCL, destacando o Limite Máximo de comprometimento, de 54% da RCL (linha vermelha), e o Limite Prudencial de comprometimento, de 51,30% da RCL (linha lilás). Quando esses limites não são respeitados, os chefes dos poderes sofrem sanções legais como, por exemplo, a proibição de criação de novos cargos e até restrições na obtenção de crédito, entre outras previstas nos artigos 22 e 23 da Lei.

De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal, publicado pelo Tesouro Nacional através do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, o indicador da “Despesa Total de Pessoal” em relação à “Receita Corrente Líquida” para o ano de 2025 (**Gráfico 4**), em Porto Alegre, **foi de 39,10%**, ou seja, situou-se 12,2 pontos percentuais abaixo do limite prudencial (51,3%) e 14,9 pontos percentuais abaixo do limite máximo (54,0%). **O primeiro quadrimestre de 2026 também seguiu em patamar similar 39,33% com 11,9 pp abaixo do limite prudencial e 14,7 pp. do maximo.**



Gráfico 4 – Comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal e limites da LRF (Poder Executivo)

Porto Alegre/RS – 2019 a 2026 – acumulado em 12 meses



Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. SICONFI Anexo I Elaboração: DIEESE

Comprometimento da Receita com despesa de pessoal 1º quadrimestre de 2026 = **39,33%**

Considerando o montante de despesas com pessoal, em 2025, verifica-se que a despesa com os ativos representou 63%, com inativos e pensionistas 33,5%, e com os terceirizados declarados (4,5%). A despesa com vencimentos (salários) dos ativos cresceu 3,2% e com Inativos 1,9%, ou seja, ambas não recuperaram se quer a inflação do período (4,29% IPCA/IBGE). O montante declarado a título de terceirização teve leve aumento em 2025 de 0,8%% comparado com o montante de 2024 (**Tabela 4**).



Tabela 4 – Despesa Total com Pessoal – Porto Alegre/RS – 2024 e 2025 (Em R\$)

DESPESAS	3º quadrimestre de 2024	3º quadrimestre de 2025	Part. (%)	Variação (%) 2025/2024	Variação (R\$) Valores nominais 2025/2024
Despesa Bruta com Pessoal (1)	5.499.670.927	5.711.480.780	100	3,9%	211.809.853
Pessoal Ativo	3.425.324.114	3.601.032.336	63,0%	5,1%	175.708.222,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.762.802.234	1.819.817.810		3,2%	57.015.576,03
Obrigações Patronais	1.662.521.880	1.781.214.526		7,1%	118.692.645,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.819.586.163	1.853.600.652	32,5%	1,9%	34.014.489,48
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.529.645.365	1.565.849.892		2,4%	36.204.527,06
Pensões	289.940.799	287.750.760		-0,8%	-2.190.038,58
Terceirização	254.760.650	256.775.792	4,5%	0,8%	- 2.015.141,98
Despesas Não Computadas (2)	1.899.321.395	1.928.746.707		1,5%	29.425.311,73
Despesa Líquida com Pessoal (3) = (1) - (2)	3.600.349.532	3.782.662.074		5,1%	- 182.312.541,73
Restos a Pagar	33.384.555	4.745.355		-85,8%	-28.639.200,19
Despesa Total com Pessoal	3.633.734.088	3.787.407.040		4,2%	- 153.672.952,40

Fonte: SICONFI – RGF. 3 QUADRIM acumulado em 12 meses.

Notas:

(a) Em 2024 - Conforme declarado pela Secretaria da Fazenda do município foi adicionado o valor de R\$ 97.163.341,24 referente a despesas com Terceirizações da Secretaria Municipal de Saúde, no período de janeiro a dezembro de 2024, conforme decisão do Grupo de Trabalho Despesas com Pessoal, processo SEI nº 23.0.000047181-0.

Elaboração: DIEESE

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Despesas com Manutenção e desenvolvimento do ensino Mínimo Legal a ser investido na educação | Município de Porto Alegre/RS

De acordo com a Constituição Federal os Estados, Distrito Federal e Municípios devem aplicar, **no mínimo, 25%** dos recursos resultantes de impostos, inclusive os provenientes de transferências, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). No caso de Porto Alegre, sua **Lei orgânica¹ prevê que o mínimo a ser aplicado em educação é de 30%**.

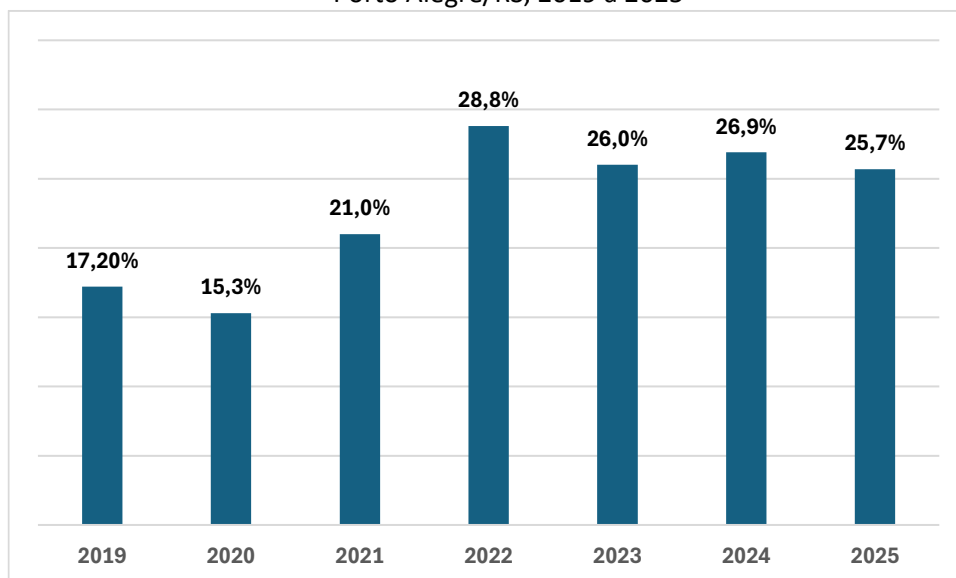
1 Art. 183 da Lei orgânica de Porto Alegre.



Com base na série histórica iniciada em 2019, observa-se, a partir dos dados disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que o município **nunca atingiu o percentual mínimo exigido de aplicação da receita em educação (30%)**, tendo 2020 registrado o menor percentual (15,3%), praticamente a metade do que deveria aplicar

(Gráfico 5). Durante o período da pandemia, os mínimos constitucionais foram flexibilizados pela Emenda Constitucional 119/2022. Aprovada em abril de 2022 em razão do estado de calamidade pública provocado pela Covid-19, essa Emenda dispensou estados e municípios da **obrigação de aplicar o mínimo constitucional de 25% da receita** em educação nos anos de 2020 e 2021. Entretanto, os recursos que não foram aplicados nesses exercícios deveriam ser compensados até o final de 2023 – Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul indica que Porto Alegre compensou no período subsequente, mas nunca fiscalizou e cobrou considerando a lei orgânica, e, sim, tendo como ponto de referência apenas os 25%. apenas . Ressalta-se que Porto Alegre já não atendia ao percentual mínimo constitucional antes mesmo da pandemia, conforme dados atualizados, disponíveis no portal do FNDE . O último ano registrou queda na aplicação frente aos últimos 4 anos passando para 25,7%

Gráfico 5 - Aplicação em MDE sobre a Receita Líquida de Impostos Porto Alegre/RS, 2019 a 2025



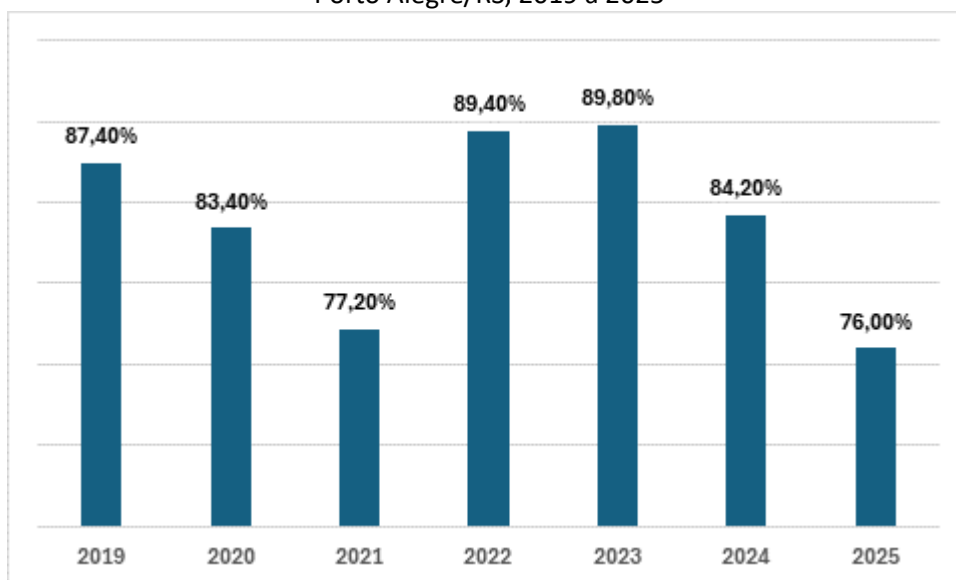
Fonte: SIOPE indicadores municipais e Lei Orgânica de Porto Alegre



Destaca-se o baixo percentual de aplicação dos recursos em educação, especialmente considerando que o município não está cumprindo o piso salarial do magistério na carreira docente. Segundo estudo elaborado pelo DIEESE e encaminhado ao SIMPA em agosto de 2025, enquanto o Piso Nacional do Magistério foi reajustado em 210,62% desde 2014 e a inflação acumulada pelo IPCA chegou a 97,13% no mesmo período, o reajuste do salário básico dos professores municipais foi de apenas 55,8%, resultando em evidente achatamento salarial (**Anexo 1**). Além disso, observa-se que o vencimento da carreira docente em Porto Alegre, além de ficar abaixo do piso nacional, também não acompanha os valores praticados por redes municipais vizinhas, conforme evidenciado no **Anexo 2**.

No que se refere ao percentual mínimo de aplicação dos recursos do Fundeb em remuneração, os dados disponíveis no SIOPE demonstram que o município tem destinado valores superiores ao mínimo legal de 70%. No entanto, cabe observar que em 2025 o município registrou o menor % de aplicação (**76%**) dos últimos sete anos. Vale ainda ressaltar que é facultado ao ente federado aplicar até 100% desses recursos em remuneração (**Gráfico 6**).

**Gráfico 6 – Percentual do Fundeb aplicado em remuneração
Porto Alegre/RS, 2019 a 2025**



Fonte: SIOPE indicadores municipais. Posição Nov/2025.



Conforme dados da Prefeitura de Porto Alegre (**Figura 1**), dezembro de 2025 o saldo financeiro do Fundeb era superior a R\$ 89,9 milhões, enquanto o saldo disponível do salário-educação ultrapassava R\$ 114 milhões, evidenciando a existência de recursos disponíveis para o financiamento da educação municipal. O Fundeb, por sua natureza, deve ser utilizado prioritariamente para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica. Já o salário-educação, que consiste em uma contribuição social arrecadada nacionalmente e distribuída pelo FNDE, destina-se ao atendimento de despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino público, como melhorias de infraestrutura, aquisição de equipamentos, transporte escolar e capacitação de pessoal, não se restringindo exclusivamente ao pagamento de salários. Assim, enquanto o Fundeb pode ser integralmente direcionado à remuneração, o salário-educação tem aplicação mais ampla e estratégica para diferentes demandas da rede de ensino.

Figura 1 - Controle da disponibilidade Financeira e Conciliação Bancária - Educação Porto Alegre – Dezembro 2025

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	47.402.004,28	102.703.299,36
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	231.970.822,63	14.635.855,12
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	189.481.558,34	3.090.021,46
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	89.891.268,57	114.249.133,02
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		3.310,59
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	89.891.268,57	114.252.443,61

FONTE: Unidade Responsável: DILG/CTGM/SMF - Sistem - SIOPE - RREO

Quadro de pessoal

Os dados revelam uma mudança estrutural importante no quadro de pessoal de Porto Alegre entre 2015 e 2025. As autarquias municipais perderam quase metade de seus servidores no período (-48%), com quedas extremamente acentuadas no DMLU (-66%) e no DMAE (-44%). A única exceção é o PREVIMPA, que cresce 27%, reflexo direto do aumento do número de



aposentados e da demanda por gestão previdenciária.

Nos órgãos da administração direta, a variação é desigual: enquanto a SMED expande significativamente seu quadro após 2021 (+30%), outros setores estratégicos seguem encolhendo. A Saúde ainda não recuperou o nível de 2015 (-14%), a Segurança segue em queda (-29% desde 2015) e o Meio Ambiente registra uma retração preocupante (-32%), reduzindo a capacidade de fiscalização, licenciamento e respostas às demandas ambientais – e, isso, justamente na capital que enfrenta os piores desastres ambientais do país. No agregado, os órgãos perdem 11% de servidores desde 2015, apesar de uma leve recomposição recente.

O dado mais estratégico do quadro atualizado indica que, apesar de alguma recomposição recente, o total de servidores ativos ainda está 19% abaixo do patamar registrado em 2015. Isso significa que atualmente a prefeitura opera com 3.153 servidores a menos na linha de frente da prestação de serviços públicos. Assim, a estrutura administrativa municipal funciona com um contingente significativamente reduzido em comparação a uma década atrás. Embora o Censo Populacional de 2022 do IBGE, tenha registrado uma leve queda da população em Porto Alegre, é importante destacar que o déficit de servidores já existia antes desse recuo populacional. Enquanto a população diminuiu cerca de 5% na última década, a redução no quadro de servidores foi quase quatro vezes maior. Essa diminuição impacta diretamente a capacidade do município de executar, fiscalizar e atender às políticas públicas, ampliando a dependência de serviços terceirizados e resultando em sobrecarga, desmotivação e adoecimento dos servidores ativos, especialmente nas áreas essenciais da administração municipal.

Tabela 5 – Quadro de Pessoal
Prefeitura de Porto Alegre

Entidades Autarquicas	2015	2021	2024	2025	2025/2015		2025/2021	
					Variação		Variação	
					N. absoluto	%	N. absoluto	%
DMAE	1.822	1.297	1.032	1.018	-804	-44%	-279	-22%
DMLU	1.090	594	409	374	-716	-66%	-220	-37%
DEM HAB	254	145	132	128	-126	-50%	-17	-12%
PREVIMPA	71	81	90	90	19	27%	9	11%
FASC	396	363	307	294	-102	-26%	-69	-19%
Subtotal	3.633	2.480	1.970	1.904	-1.729	-48%	-576	-23%
Inativos	1.950	2.537	2.700	2.721	539	25%	184	7%



órgãos	2015	2021	2024	2025	Variação		Variação	
					N. absoluto	%	N. absoluto	%
SMED	4.947	4.080	5.188	5.306	359	7%	1.226	30%
SMS	4.572	3.588	4.036	3.915	-657	-14%	327	9%
SMSEG	518	403	394	367	-151	-29%	-36	-9%
SMF	465	339	343	363	-102	-22%	24	7%
SMAMUS	447	410	316	303	-144	-32%	-107	-26%
Demais	2.342	1.624	1.542	1.613	-729	-31%	-11	-1%
Total	13.291	10.444	11.819	11.867	-1.424	-11%	1.423	14%
Inativos	6.815	9.418	10.257	10.414	2.674	35%	996	11%
ATIVOS	16.924	12.924	13.819	13.771	-3.153	-19%	-4.000	-24%
INATIVOS	8.765	12.119	12.957	13.135	4.370	50%	3.354	38%
Total vínculos	25.689	25.043	26.776	26.906	1.217	5%	1.863	7%

Fonte: Portal da Transparência de Porto Alegre

Elaboração: DIEESE

Perdas Salariais dos servidores 2016 a 2026

No caso dos trabalhadores municipais de Porto Alegre, adotamos como marco inicial para o acompanhamento dos salários o poder de compra vigente **em 1º de maio de 2016**, comparando a evolução dos salários com a variação do IPCA-IBGE. Enquanto a inflação acumulou **64,74%** no período, os reajustes salariais ficaram em **22,05%**. Assim para que os salários em 1º maio de 2026 recuperem o mesmo poder aquisitivo daquela data, seria necessário um reajuste acumulado de **34,16%**. E ainda se analisarmos o período mais recente de 2023 a 2026, a inflação alcançou **14,23%** enquanto foram de **9,28%**, sendo necessário um índice de **4,53% para repor as perdas do período**.

Conforme apresentando pela Prefeitura, os percentuais previstos para recomposição são significativamente inferiores: 1% em fevereiro de 2026 e 1,83% em abril de 2026, referentes à data-base de 2025. Quanto à data-base de 2024, o Município propõe a reposição total de 4,62%, parcelada em três parcelas anuais, com as duas primeiras fixadas em 1,54% cada, e um saldo de 1,47%, a serem pagos entre 2026 e 2028. Essa forma diluída de recomposição implica um prolongamento do tempo necessário para a recuperação do poder de compra dos servidores e traz perda na massa salarial. Não tendo nenhum respaldo nas finanças atuais da prefeitura uma vez que, de acordo com a Lei de responsabilidade fiscal seria possível inclusive executar pagamento de recuperação de perdas anteriores à data base de 2024.



**Tabela 6 – Reajustes concedidos no período de 05/2016 a 04/2026.
Servidores Municipais de Porto Alegre/RS**

MÊS/ANO	REAJUSTE CONCEDIDO
abr/22	4,00%
jul/22	3,00%
nov/22	2,74%
jun/23	2,50%
jul/23	3,21%
ago/25	1,00%
dez/25	1,75%
fev/26	1,00%
mar/26	0,997%

Dados até o primeiro quadrimestre de 2026, ou seja, o acumulado em 12 meses até abril de 2026, a receita acumulada foi de R\$ 9.848.903,38 e a despesa de pessoal totalizou R\$ 3.873.385.337,76 isso significa que a receita está comprometida em **39,33% com pessoal**, bem abaixo dos limites legais, e o menor patamar juntamente com o comprometimento registrado no 3º quadrim 2025 quando registrou 39,10%, considerando os dados analisados desde 2016. A partir dessas constatações é possível concluir que considerando os limites da LRF há espaço fiscal para concessão de reajuste de pessoal conforme percentuais resumidos na **Tabela 7**.



Tabela 7 - SIMULAÇÃO | Reajuste possível
Servidores do Município de Porto Alegre no Poder Executivo
Data-Base de Referência: 2026

Item	1º Quadrimestre de 2026
Receita Corrente Líquida Ajustada (1)	9.848.614.903,38
Gasto com Pessoal (2)	3.873.385.337,76
% Comprometido	39,33%
Limite Prudencial - 51,3% (95% Limite Máximo)	4.786.426.843,05
Limite Máximo - 54,0%	5.318.252.047,83
Reajuste Possível em relação ao Limite Prudencial	23,57%
Reajuste Possível em relação ao Limite Máximo	37,30%
Aumento Nominal Possível Limite Prudencial	913.041505,29
Aumento Nominal Possível Limite Máximo	1.444.865.710,07

Fonte: SICONFI – Relatório de Gestão Fiscal. Elaboração: DIEESE

1º bimestre de 2026

A Tabela 4 apresenta um resumo das receitas do município 1º bimestre de 2025 e 2026 e suas variações. A Receita Líquida Ajustada Total (menos as deduções) no 1º bimestre 2026 frente a igual bimestre de 2025 **creceu 4,8%** o que representa **incremento de 29 milhões** registrando crescimento acima da inflação em 12 meses findos em fevereiro de 2026 que foi de 3,81% (IPCA/IBGE).

Receita Corrente Líquida (1º bim.)	
2025	R\$ 615.218.612,90
2026	R\$ 644.844.561,30
variação (%)	4,8%
variação (R\$)	R\$ 29.625.948,40
IPCA/IBGE	3,81%

Fonte: SICONFI – RREO.



O aumento da receita NO 1º BIMESTRE DE 2026 foi puxado principalmente pelas receitas tributárias/impostos **29,4% (em especial IRRF, IPTU e ISS)** e receita de serviços **(8,4%)**. O repasse do Fundeb também contribuiu positivamente já que registrou crescimento de **17,2%** e tem participação importante na composição das transferências.

Tabela 8 – Demonstrativo da RCL Porto Alegre/RS – 1º bim 2025 e 2026

	1 bimestre 2025	1 bimestre 2026	Variação %	Variação Nominal
RECEITAS CORRENTES (I)	749.511.196,81	704.505.940,87	-6,0%	-45.005.255,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	228.672.445,90	295.930.054,87	29,4%	67.257.608,97
IPTU	55.755.096,35	66.142.485,61	18,6%	10.387.389,26
ISS	125.558.597,00	144.827.375,00	15,3%	19.268.778,00
ITBI	26.713.546,39	26.239.340,05	-1,8%	-474.206,34
IRRF	2.152.526,78	36.639.820,16	1602,2%	34.487.293,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.492.679,38	22.081.034,05	19,4%	3.588.354,67
Contribuições	32.961.967,39	33.219.812,17	0,8%	257.844,78
Receita Patrimonial	101.306.812,94	27.658.968,78	-72,7%	-73.647.844,16
Rendimentos de Aplicação Financeira	99.051.494,56	26.113.011,63	-73,6%	-72.938.482,93
Outras Receitas Patrimoniais	2.255.318,38	1.545.957,15	-31,5%	-709.361,23
Receita de Serviços	67.775.463,28	73.465.943,43	8,4%	5.690.480,15
Transferências Correntes	305.270.229,62	263.001.420,90	-13,8%	-42.268.808,72
Cota-Parte do FPM	29.739.305,80	36.682.318,21	23,3%	6.943.012,41
Cota-Parte do ICMS	56.493.391,94	59.227.577,22	4,8%	2.734.185,28
Cota-Parte do IPVA	27.221.164,00	29.680.709,86	9,0%	2.459.545,86
Cota-Parte do ITR	39.472,20	17.406,16	-55,9%	-22.066,04
Transferências da LCnº 61/1989	604.015,58	759.708,48	25,8%	155.692,90
Transferências do FUNDEB	38.880.870,95	45.557.277,52	17,2%	6.676.406,57
Outras Transferências Correntes	152.292.009,15	91.076.423,45	-40,2%	-61.215.585,70
Outras Receitas Correntes	13.524.277,68	11.229.740,72	-17,0%	-2.294.536,96
DEDUÇÕES (II)	132.399.895,91	56.242.627,57	-57,5%	-76.157.268,34
Contrib. do Servidor Plano de Previdência	26.830.205,07	26.659.856,97	-0,6%	-170.348,10
Comp Financ. entre Regimes Previdência	5.614.490,36	3.705.443,78	-34,0%	-1.909.046,58
Rendimentos de Aplic Recursos Previdenciários	77.135.730,64	603.782,82	-99,2%	-76.531.947,82
Dedução de Receita Formação FUNDEB	22.819.469,84	25.273.544,00	10,8%	2.454.074,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	617.111.300,90	648.263.313,30	5,0%	31.152.012,40
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	617.111.300,90	1.500.000,00	-99,8%	-615.611.300,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	235.000,00	646.763.313,30	275118,4%	646.528.313,30
remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	1.657.688,00	1.918.752,00	15,7%	261.064,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	615.218.612,90	644.844.561,30	4,8%	29.625.948,40

Fonte: SICONFI – RREO. Elaboração: DIEESE



ANEXOS

ANEXO 1 –

Tabela 1 - Valor do Piso Nacional do magistério, valor do básico pago ao professor (M1 A) da rede municipal e variação da inflação Porto Alegre, 2013 a 2025

Ano	Piso Nacional do magistério (20h) (A)	M1 ref A Poa (20h) (B)	(R\$) (B) - (A)	(%) (B) - (A)	(%) Piso Nacional Magistério	(%) M1	(%) IPCA	INPC (%)
2013	R\$ 783,50	R\$ 1.093,80	R\$ 310,30	39,6%				
2014	R\$ 848,50	R\$ 1.164,80	R\$ 316,30	37,3%	8,30	6,49	5,91	5,56
2015	R\$ 958,89	R\$ 1.238,00	R\$ 279,11	29,1%	13,01	6,28	6,41	6,23
2016	R\$ 1.067,82	R\$ 1.339,30	R\$ 271,48	25,4%	11,36	8,18	10,67	11,28
2017	R\$ 1.149,40	R\$ 1.463,61	R\$ 314,21	27,3%	7,64	9,28	6,29	6,58
2018	R\$ 1.227,68	R\$ 1.463,61	R\$ 235,94	19,2%	6,81	0,00	2,95	2,07
2019	R\$ 1.278,87	R\$ 1.463,61	R\$ 184,74	14,4%	4,17	0,00	3,75	3,43
2020	R\$ 1.443,12	R\$ 1.463,61	R\$ 20,49	1,4%	12,84	0,00	4,31	4,48
2021	R\$ 1.443,12	R\$ 1.463,61	R\$ 20,49	1,4%	0,00	0,00	4,52	5,45
2022	R\$ 1.922,67	R\$ 1.610,79	-R\$ 311,88	-16,2%	33,23	10,06	10,06	10,16
2023	R\$ 2.210,18	R\$ 1.610,79	-R\$ 599,39	-27,1%	14,95	0,00	5,79	5,93
2024	R\$ 2.290,29	R\$ 1.704,06	-R\$ 586,23	-25,6%	3,62	5,79	4,62	3,71
2025	R\$ 2.433,89	R\$ 1.704,06	-R\$ 729,83	-30,0%	6,27	-	4,83	4,77
Acumulado 2014 a 2025					210,62%	55,80%	97,13%	96,14%

Fonte: Portal da transparência de Porto Alegre Tabelas salariais e Portaria Interministerial do MEC

Notas: (1) Tabelas salariais de 2013 a 2025 – referência = jan. (2) IPCA e INPC/IBGE refere se sempre a inflação acumulada em 12 meses do ano imediatamente anterior

Elaboração: DIEESE



**ANEXO 2 – Valor do vencimento básico (R\$) professores
Municípios selecionados – 2025 2026**

Município	Professor (20h)
Porto Alegre	1.704,06
Guaíba	2.565,31
Alvorada	2.565,31
Portão	2.335,78
São Leopoldo	2.392,81
Piso Nacional	2.565,31
Estado do Rio Grande do Sul	2.565,33
Canoas	2.758,82
Caxias do Sul	2.949,31

Fonte: Portaria FNDE -MEC e portais de transparência dos municípios

Notas:

(1) muitos portais de transparência dos municípios não disponibilizam Tabela Salarial segundo carreira e em seus portais as informações salariais são apenas: bruto (que inclui adicionais etc.) ou líquido (que abate os descontos obrigatórios como previdência e imposto de renda), não sendo de fácil acesso o valor do salário básico atual.

(2) Os vencimentos constantes na tabela referem-se ao básico da Carreira, exemplo dos professores: em Caxias (G1), Porto Alegre (M1), São Leopoldo (A1), Portão – séries iniciais N1.

(3) Todas as referências salariais dos professores são para a carga horária de 20h

(4) Guaíba paga completo

(5) No caso do estado do Rio Grande do Sul não se trata de Tabela Salarial e sim de subsídios.

Elaboração: DIEESE